



DISSIDÊNCIAS E ASSASSINATOS SELETIVOS NA COLÔMBIA (2020-2025)

Nos últimos anos, verifica-se um aumento das ameaças e assassinatos na Colômbia, dirigidos a assinantes do Acordo de Paz. Várias zonas periféricas continuam a ser terrenos férteis para a atuação de grupos armados ligados ao narcotráfico, dissidentes das FARC, ou paramilitares e a população civil é esquecida neste jogo de vontades armadas.

O Acordo de Paz de 2016 é o corolário de um longo processo de negociação política, com múltiplos atores, com vista ao fim da violência armada na Colômbia. Nas décadas de 1980 e 1990, tiveram lugar as primeiras negociações de paz com as FARC-EP¹, o *Movimiento 19 de Abril* (M19) e o *Ejército Popular de Liberación* (EPL). Em 2006, a desmobilização das *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC).

Colombianização

Tal como refere Jordan (1999), a hegemonia das organizações criminosas na Colômbia levou à criação de um novo conceito, *colombianização*, que define a situação social que resulta do contexto social e securitário gerado pelo narcotráfico. Nas palavras do autor, “a colombianização caracteriza-se pela desintegração das estruturas políticas, económicas e sociais, e por um estado permanente de crimes violentos, como assassinatos políticos, execuções e violações dos direitos humanos. (...) A colombianização aplica-se ao crescimento massivo de violência na sociedade” (pp. 83 e 165-166).

Não obstante a ligação, mais ou menos explícita, de vários intervenientes deste processo no narcotráfico, alguns deles tinham, paralelamente, objetivos políticos e económicos diferenciados. O narcotráfico era um meio para atingir outro fim, e a violência apenas um mecanismo do processo.

O termo *colombianização* sugere que “o Estado enfrenta desafios, quer quanto ao seu funcionamento básico, quer quanto à sua capacidade de governar. Mais do que apenas violência e corrupção, a colombianização sugere o início de um Estado falhado” (Jordan, 1999; Carpenter, 2005). Para outros, como Ballvé & McSweeney (2020), que defendem a analogia e aplicabilidade do termo aos cartéis de

droga mexicanos, “a colombianização implica uma série de traços patológicos – violência, crime organizado, corrupção, instabilidade – que se deslocaram autonomamente da Colômbia e infetaram a América Central”.

No decurso do processo negocial, não raro, ocorrem ações de natureza tática ou estratégica que visam retardar, alterar ou mesmo anular a obtenção, com sucesso, da tão almejada paz.

Rumo a uma paz (pouco) duradoura?

Em 24 de Novembro de 2016, o Estado colombiano e as FARC assinavam, no Teatro Colón, em Bogotá, o *Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera*, colocando fim a um conflito armado que durou cinquenta e três anos. O documento firmado, acordado em Havana, Cuba, depois de quatro anos de longas e intensas negociações, incluía seis pontos essenciais, sintetizados por Restrepo (2022) do seguinte modo:

- 1) Uma reforma rural integral;
- 2) Participação política democrática;
- 3) Fim do conflito armado (Processo de desarmamento, desmobilização e reintegração – DDR);
- 4) Políticas de combate às drogas ilícitas;
- 5) Reparação às vítimas do conflito;
- 6) Implementação e verificação dos pressupostos anteriores.

Como postulou Stedman (1997, p. 5), “*peacemaking is a risky business. The greatest source of risk comes from spoi-*

lers – leaders and parties who believe that peace emerging from negotiations threatens their power, worldview, and interests, and use violence to undermine attempts to achieve it”. De acordo com Stedman (2003, p. 102), a existência de violência “impõe desafios fundamentais aos acordos de paz”. No decurso do processo negocial, não raro, ocorrem ações de natureza tática ou estratégica que visam retardar, alterar ou mesmo anular a obtenção, com sucesso, da tão almejada paz. São expedientes dilatórios, mais ou menos violentos, que visam minar a confiança entre as partes, impelindo à exclusão e à dissidência, esta última, quase sempre, num regresso à violência armada. Os processos de paz estão vulneráveis a estes mecanismos de sabotagem – que Stedman designa por ‘*spoilers*’ –, provocando cisão, discórdia e confronto no processo de negociação. Neste sentido, e no que concerne a conflitos armados em curso, poder-se-á dizer que a Colômbia possui já larga experiência em negociação e desmobilização (Stedman, 2003; Nilsson & Kovacs, 2011).

Segundo Lagorgette (1906, p. 34), “a coexistência universal de forças antagónicas” é a base de todas as guerras, que divide sob quatro tipologias. Para o autor, um dos pioneiros nos estudos dos conflitos, a “guerra é e sempre foi um meio, nunca um fim” (p. 51). Beales (1931, pp. 3-5), elenca de forma clara as tipologias de guerra enunciadas por Lagorgette:

- 1) Guerra impulsiva: agressão não provocada;
- 2) Guerra como meio: para um fim específico;
- 3) Guerra como meio: para um fim jurídico – que designa por ‘guerras justas’;
- 4) Guerra como meio: para um fim genérico.

Beales, porém, refere que “a característica comum a esta tipologia resulta de disputas criadas pelas relações entre



Estados” e que, “embora a solução para a guerra seja uniforme, as disputas que utiliza podem variar enormemente” (p. 4).

Dissidências, paramilitarismo e assassinatos

O primeiro alto quadro das FARC a renunciar ao Acordo de Paz foi Néstor Gregorio Vera Fernández, *alias* Iván Mordisco. Seguiram-se-lhe Leider Johani Noscue (1991-2022), *alias* Mayimbú; Henry Castellanos Garzón (1965-2021), *alias* Romaña; Hernán Darío Velásquez (1963-2021), *alias* El Paisa; Miguel Botache Santillana (1963-2022), *alias* Gentil Duarte, e Luciano Marín Arango, *alias* Iván Márquez.

O Congresso da Colômbia ratificou o Acordo de Paz entre o Governo e as FARC e, durante a desmobilização, monitorizada pela ONU em 2017, cerca de 13.300 combatentes FARC depuseram as armas. Mais tarde, em 2017, a liderança das FARC fundou um partido político, mantendo o acrónimo FARC-PP: *Fuerza Alternativa Revolucionaria del Común – Partido Político*, ou *Partido Comunes* (Partido Comunes, 2017; Flórez & Lewis, 2024).

As FARC passaram, assim, de um exército guerrilheiro a partido político. Nem o governo, nem os rebeldes, cumpriram todos os compromissos assumidos. Grupos guerrilheiros, amiúde designados por dissidentes das FARC, incluem grupos rearmados e outros que nunca foram desmobilizados (Beittel, 2021).

Visando confrontar um inimigo volúvel e amplamente disseminado territorialmente, com grande capacidade tática e de inteligência e contra-inteligência, logo em 2006, o então Ministro da Defesa Juan Manuel Santos, na continuação da linha dura do seu antecessor Álvaro Uribe, procedeu à reforma do ‘Concerbero’ – fórum onde têm assento os líderes das várias unidades de inteligência das Forças Armadas colombianas (*Fuerzas Armadas de Colombia – FAC*) – face à ausência de uma cultura de partilha de informações entre os diversos órgãos da inteligência militar. Foram criadas as denominadas ‘*burbujas*’ (bolhas) de informações, integrando várias áreas de especialização – recolha de informações, processamento e análise, gestão de fontes –, lideradas por um oficial de alta patente. Uma outra inovação de Manuel Santos, no quadro da estreita cooperação entre as FAC e a Polícia Nacional, foi a designação de vinte alvos de

“elevado perfil”², os quais era necessário localizar e rastrear, com vista à sua captura ou eliminação.

Configurava-se uma nova abordagem contra insurgente, reflexo de longos anos de confronto com forças guerrilheiras e grupos paramilitares, dando ênfase ao vetor (contra)inteligência no planeamento, e execução, de operações militares/policiais.

Estas renovadas organizações criminosas podem, em contexto, estabelecer uma “federação criminosa” que venha a tornar-se – se é que não se tornou já – um importante ator não-estatal terrorista, criminoso e insurgente no contexto colombiano.

Não obstante, uma nova dinâmica parece ter emergido no conflito ainda em curso. Vários grupos não-estatais violentos surgiram, logo a partir das tentativas de desmobilização e reintegração das AUC pelo Presidente Álvaro Uribe (2006-2010). Esta ameaça veio a consolidar-se, tendo em conta o *modus operandi* das BACRIM, o regresso às armas das AGC (*Autodefensas Gaitanistas de Colombia*), o sempre presente ELN, as várias fações dissidentes das FARC-EP, e ainda as disputas violentas entre todos eles – pelo domínio territorial, produção, armazenamento e rotas de distribuição do narcotráfico.

Para Flórez & Lewis (2024, pp. 56-57), estas renovadas organizações criminosas podem, em contexto, estabelecer uma “federação criminosa” que venha a tornar-se – se é que não se tornou já – um importante ator não-estatal terrorista, criminoso e insurgente no contexto colombiano. No mesmo sentido, Martin & Romano (1992, pp. 14-15) conceberam o conceito de “crime sistémico multinacional”, em resultado da convergência de quatro tipologias criminais englobantes: terrorismo, espionagem, tráfico de droga e tráfico de armas. Hodiernamente, acrescem outras tipologias criminais que revestem esse carácter transnacional e global: cibercriminalidade, ciberterrorismo, ameaças NRBQ, tráfico de seres hu-

manos, fluxos migratórios, e as redes de imigração ilegal. Multinacional, no sentido em que atravessam fronteiras de dois ou mais países, com impacto nos seus cidadãos e instituições; sistémico, dado o carácter organizacional multifacetado destas organizações, fortemente hierarquizadas – com recursos, comunicações e capacidade logística estruturadas –, que lhes permitem um alcance transnacional ou mesmo global.

Desde a assinatura do Acordo de Paz que se verifica um aumento das ameaças e assassinatos, dirigidos especificamente contra assinantes do Acordo, ex-guerrilheiros FARC, incluindo líderes sociais e políticos, locais e regionais. A ação passiva do Estado colombiano não logrou a prevenção, monitorização, controlo e resposta eficaz contra os inúmeros assassinatos seletivos que têm ocorrido, neste período temporal, em zonas periféricas cuja vulnerabilidade territorial e político-administrativa emergente da desmobilização guerrilheira são terrenos férteis para a atuação de grupos armados ligados ao narcotráfico, dissidentes FARC, ou paramilitares, com esse objetivo.

A Figura 2 quantifica o número de massacres perpetrados por esses grupos armados. Os seus alvos são, maioritariamente, assinantes do Acordo, líderes políticos e sociais, defensores e activistas dos DDHH na Colômbia; nal-

FIGURA 1. FAÇÕES DISSIDENTES DAS FARC-EP

Fonte: Juan Esteban & Valentina Parada, El País, 24 Agosto 2025. <https://elpais.com/america-colombia/2025-08-24/las-multiples-dissidencias-de-colombia-cuatro-grupos-han-negociado-por-separado-con-el-gobierno-petro.html>

- EMC – Estado Mayor Central (*alias* Iván Mordisco)
- EMBF – Estado Mayor de Bloques y Frente (*alias* Calarcá Córdoba), composto por Bloque Jorge Suárez Briceño, Bloque Magdalena Medio e Frente Comandante Raúl Reyes.
- Frente 57 [Yair Bermúdez] – (*alias* Óscar Barreto)
- Segunda Marquetalia – (*alias* Iván Márquez)

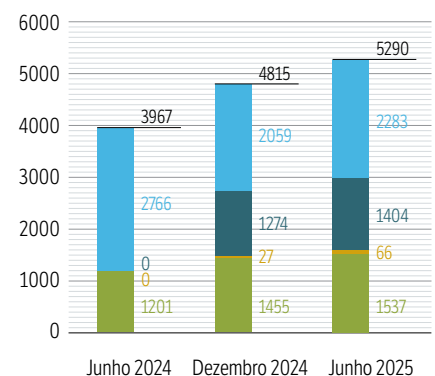
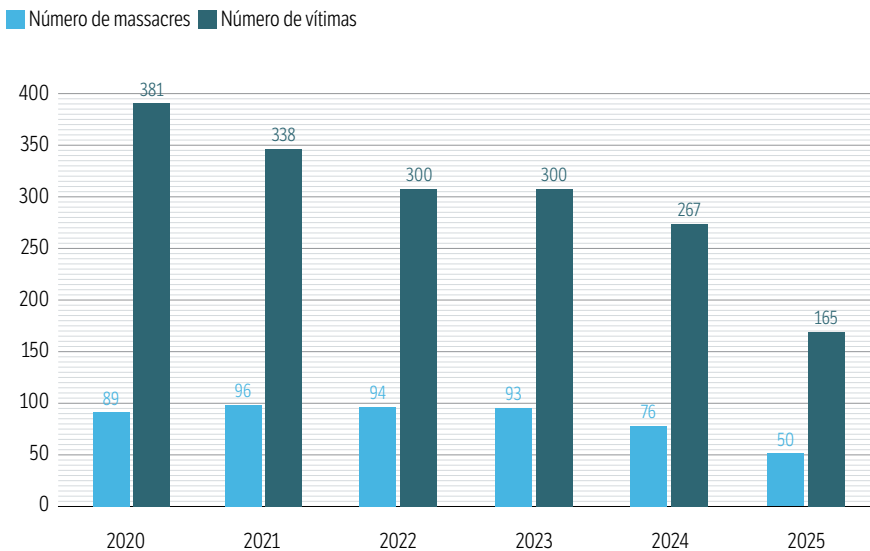


FIGURA 2. MASSACRES E ASSASSINATO DE ADERENTES DO ACORDO DE PAZ (2020-2025)

Nota: Os dados sobre 2025 cobrem o período entre janeiro e agosto.
Fonte: Elaborado com base em dados do Indepaz (2020-2025).



guns casos, contra indivíduos ligados à cultura e às artes, elementos de comunidades indígenas, e ambientalistas. O Observatorio de Conflictos, Paz y Derechos Humanos (INDEPAZ) da Colômbia, define ‘massacre’ como “o homicídio intencional e simultâneo de várias pessoas (três ou mais), indefesas e vulneráveis, por um mesmo autor, e em iguais circunstâncias de tempo, modo e lugar”. A “tipologia de alvos” majoritariamente visados coincide com os tipos de vítimas dos massacres perpetrados contra aderentes do Acordo de Paz na Colômbia.

Síntese conclusiva

Para Hoffman (2017, p. 247), “*terrorist campaign is like a shark: it must keep moving forward – no matter how slowly or incrementally – or die*”. São quatro os atores principais deste conflito interminável: o Estado colombiano, os movimentos guerrilheiros ativos, os grupos paramilitares, e as vítimas do conflito. Estes últimos, a população civil colombiana, é esquecida neste jogo de vontades armadas: a Colômbia “es una arteria rota de América. En los campos siguen cayendo las gentes humildes. ¿Cuántos son los muertos?” (Guzman, Borda & Luna, 1962) As palavras de Luciano Marín Arango, alias Iván Márquez (2020, p. 338), são premonitórias quanto a um futuro próximo, ou já em curso, do conflito na Colômbia: “*La Reunión Extraordinaria de comandantes, FARC-EP, La Lucha Sigue, lanzaba su Manifiesto para el despertar de las conciencias, tejiéndose en el telar*

continuo en ese mentado y clandestino renacer constante. Y la consigna ¡hemos jurado vencer y venceremos!, de los combatientes de Bolívar y Manuel, viajaba tonante sobre el lomo del viento”. Nesta dialética de vontades, entre o Estado colombiano e os seus “inimigos”, na perspectiva *schopenhaueriana* das concepções alheias ao princípio da razão, para cada um dos lados “o mundo é a sua representação”. Até porque, como escreveu Montaigne, *verdade e mentira têm a mesma fisionomia...* ●

Notas

- ¹ Doravante, referida apenas pelo acrônimo FARC.
- ² Majoritariamente, membros do Secretariado e líderes dos Comandos e Blocos das FARC; em El País (2011). “La guerra contra las FARC se gana con inteligencia”: www.elpais.com.co/judicial/la-guerra-contra-las-farc-se-gana-con-inteligencia.html

Referências

- Ballvé, T., McSweeney, K. (2020). The ‘Colombianisation’ of Central America: Misconceptions, Mischaracterisations and the Military-Agroindustrial Complex. *Journal of Latin American Studies*: 1-25. <https://doi.org/10.1017/S0022216X20000668>
- Beales, A. C. (1931). *The History of Peace: A Short Account of the Organised Movements for International Peace*. G. Bell & Sons Ltd.
- Beittel, J. S. (2021). Colombia: Background and U.S. Relations. *Congressional Research Service*, R43813, December 16, 2021: <https://crsreports.congress.gov>
- Carpenter, T. G. (2005). Mexico Is Becoming the Next Colombia. *Foreign Policy Briefing*, 87, November, 15th. <https://www.cato.org/foreign-policy-briefing/mexico-becoming-next-colombia>
- Flórez, D., and Lewis, O. (2024). Revolutionary Armed Forces of Colombia – People’s Army (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo, FARC-EP (pp. 335-344). In Romaniuk, S. N., Roul, A., Fabe, A. P., Besenyó, J. (eds.). *Handbook of Terrorist and Insurgent Groups: A Global Survey of Threats, Tactics, and Characteristics*. CRC Press.
- Guzman, G., Borda, O., and Luna, E. (1962). *La Violencia en Colombia*, Vols. I e II. Editorial Iqueima.
- Hoffman, B. (2017). *Inside Terrorism*, 3.ª ed. Columbia University Press.
- Jordan, D. C. (1999). *Drug Politics: Dirty Money and Democracy*. University of Oklahoma Press.
- Lagorgette, J. (1906). *Le Rôle de la Guerre, Étude de Sociologie Générale*. Giard & Brière.
- Márquez, I. (2020). *La Segunda Marquetalia: La Lucha Sigue*. Segunda Marquetalia Editores. https://cedema.org/library/digital_items/53
- Martin, J. M., Romano, A. T. (1992). *Multinational Crime: terrorism, espionage, drug & arms trafficking*. SAGE Publications.
- Montaigne, M. (1987). *Ensaíos*. Editora Universidade de Brasília.
- Nilsson, D., Kovacs, M. S. (2011). Revisiting an Elusive Concept: A Review of the Debate on Spoilers in Peace Processes. *International Studies Review*, 13: 606–626. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2486.2011.01080.x>
- Partido Comunes (2017). Consejo Político Nacional, Bogotá, 29 Octubre. <https://partidocomunes.com.co/fuerza-alternativa-revolucionaria-del-comun/>
- Restrepo, J. D. (2022). “Autodefensas Campesinas de Córdoba y Urabá: surgimiento, transformación, consolidación y financiación 1994-1998”. Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición. <https://babel.banrepcultural.org/digital/collection/comision-col/id/500/>
- Stedman, S. J. (1997). Spoiler Problems in Peace Processes. *International Security*, 22(2): 5-53. <http://www.jstor.org/stable/2539366>
- Stedman, S. J. (2003). Peace Processes and the Challenges of Violence. In Darby, J., and Ginty, R. M. (eds.). *Contemporary Peacemaking: Conflict, Violence and Peace Processes* (pp. 102-113). Palgrave MacMillan.

